

RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA REPRESENTADAS NOS CONTOS DOS LIVROS “NINGUÉM MATOU SUHURA” E “OS OLHOS DA COBRA VERDE”, DA ESCRITORA MOÇAMBICANA LÍLIA MOMPLÉ

Carla Pereira Lima

Orientador: Sílvio Renato Jorge

Mestranda

RESUMO: As narrativas literárias têm sido utilizadas como importantes fontes para pesquisa das práticas socioculturais. Além de oferecerem imagens sobre a realidade econômica, social e cultural de uma época, tais narrativas fazem uma espécie de inventário imagístico de uma sociedade, trazendo à tona alguns tipos humanos característicos, enfatizando seus costumes, suas angústias, suas identificações e seus “preconceitos”. Assim sendo, o presente trabalho de reflexão pretende investigar as representações imagens de uma época da literatura moçambicana de forma a lançar um olhar sob narrativas ficcionais de dois livros da escritora Lília Momplé: *Ninguém matou Suhura*, de 1988, e “Os olhos da cobra verde”. A escritora moçambicana, como mulher de seu tempo, imprime nessa obra elementos de diferentes discursos, no entanto, o que pontuaremos em nosso trabalho será o das relações de poder. Tomando discurso como um conjunto de práticas ou unidades dinâmicas constituídas e constituintes nos processos socioculturais e linguísticos, portanto, históricos de produção e recepção de sentidos (MOLINO, Jean). No caso da noção de relações de poder, é preciso ressaltar que elas não devem ser pensadas somente sob o prisma da opressão unívoca. Assim, é necessário destacar que o poder e as relações de poder não somente são um mecanismo *coercitivo* e *negativo*, mas também algo *produtivo* e *positivo*. Como diria Michel Foucault, em *Vigiar e punir*, o poder não apenas nega, impede, coíbe, restringe, esconde, recalca, limita, mas igualmente “faz”, produz, provoca, incita, encoraja e legitima. Assim, temos que ter em mente que tais relações são construídas não apenas por meio de mecanismos de repressão e censura, mas também através de práticas e discursos que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, maneiras de falar e de agir, comportamentos, atitudes e posturas consideradas adequadas em determinado período, lugar e sociedade. **PALAVRAS-CHAVE:** relações de poder, resistência, literatura moçambicana, Lília Momplé.



Considerações iniciais

Em seu primeiro livro, *Ninguém matou Suhura*, publicado em 1988, Lília Momplé, ao trazer a epígrafe com a sua própria voz “*A felicidade jamais se alcançará definitivamente; é necessário conquistá-la dia a dia, com uma inabalável esperança no futuro mas também com os ensinamentos do sofrimento passado*”, parece convocar o leitor, a leitora a pensar as suas narrativas como uma espécie de inventário imagístico sobre a sua própria história. Trazendo para a cena, através da memória de um passado recente, personagens, espaços, temporalidades, dramas que fizeram parte da cultura, sociedade, história de Moçambique. E, no final da mesma coletânea, a voz da escritora volta a se apresentar, mas agora sem a sua assinatura. O pequeno texto “*Este contos são baseados em factos verídicos, embora os locais e as datas nem sempre correspondem à realidade*” sugere que as histórias encenadas no livro deverão ser lidas como uma espécie de diálogo muito próximo entre literatura e história. Seus dois pequenos textos nos conduzirão, dessa forma, a uma das muitas possíveis leituras que se poderá fazer das narrativas ficcionais escolhidas para a discussão, mostrando que os fragmentos da memória inscritos nas narrativas foram escritos como uma forma de “exorcizar” o passado para que só assim possa seguir em frente. (grifos nossos)

Esta comunicação iniciará a discussão sobre como serão representadas, ficcionalmente, diferentes formas de violência, relações de poder (impostas pela instituição colonial), e as diferentes formas de resistência desenvolvidas pelos subalternizados. Os contos escolhidos para essa reflexão foram estes: *Aconteceu em Saua-Saua*, *O baile de Celina* e *Ninguém matou Suhura*, do primeiro livro (1988); e “*O sonho de Alima*”, do terceiro livro (1997).

Lília Maria Clara Carrière Momplé, nascida em 19 de março de 1935, na província de Nampula, na Ilha de Moçambique, é Assistente Social de formação, com licenciatura em Serviços Sociais, foi professora de inglês e Língua Portuguesa na Escola Secundária da Ilha de Moçambique e diretora da mesma escola entre 1970 e 1981. Trabalhou como assistente social em Lisboa, Lourenço Marques (a atual cidade de Maputo) e em São Paulo, Brasil, de 1960 a 1970. Também foi diretora do Fundo para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Moçambique (FUNDAC) de 2001 a 2005 e ainda foi membro do conselho Executivo da UNESCO. No que diz respeito ao universo da literatura, Lília dirigiu a Associação dos

Escritores Moçambicanos (AEMO), de 1991 a 2001, como secretária-geral e depois foi presidente da Assembleia geral da mesma instituição.

Momplé é uma das poucas autoras moçambicanas que tem visibilidade fora de seu país, mesmo assim ainda se faz necessário o encontro com a sua literatura em países como o Brasil. Uma literatura caracterizada pela constante e obstinada preocupação com a realidade moçambicana, “sociedade fraturada”¹ que urge por mudanças. Em seus escritos, a autora faz uma crítica contundente ao Colonialismo e explicita, em muitas de suas narrativas, a tensão entre os dois universos culturais, o dos que já estavam no espaço, as gentes da terra, e os que se apossaram, se apropriaram dela, os colonizadores. Os personagens, protagonistas ou não, parecem tematizar os encontros e as colisões que o projeto colonial propiciou trazendo à tona a marca da marginalização de personagens que protagonizaram a exclusão que o sistema colonial os subordinaram ou foram herdeiros dessa instituição. Nessa perspectiva, percorrendo as narrativas, é possível perceber que, por um outro, há uma espécie de tentativa de dar voz aos subalternizados, mesmo que através da mediação de um narrador; e em outros casos, percebe-se que a marginalização estabelecida pelo sistema opressor permanece e reflete-se no silêncio, numa ausência que se preenche de sentidos.

Desse forma, a literatura de Momplé parece ser um espaço de visibilidade e crítica relaciona aos problemas enfrentados ainda hoje pelos moçambicanos. Sua proposta parece ser também a de apontar, em algumas narrativas, a incorporação de formas de estar no mundo que os portugueses desconhecia, e talvez também por isso as menosprezasse. Em seu projeto literário percebe-se, portanto, a avaliação crítica da autora em relação às trágicas consequências na vida dos moçambicanos e o seu empenho em delinear

um mundo em que as contradições ganham espaço, apontando de certa maneira as inviabilidades de uma ordem calcada na *ambivalência, na extremada desigualdade e na incomunicabilidade* entre os seres ali instalados. (CHAVES, 2005, 298-299) – grifo nosso.

A organização colonial pressupôs um acentuado desconhecimento da humanidade do colonizado e, justamente por essa razão, imputava-lhe a condição de objeto ou sujeito passivo

¹ CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

e controlado.² Entretanto, é justamente esse “objeto” ou “sujeito passivo”, por vezes, visto como não dotado de humanidade e nem cultura legítima, segundo a perspectiva do colonizador, que produziu literatura. É na construção literária, por exemplo, que podemos perceber o legado e as mudanças ocorridas e vividas ao longo de anos de ocupação colonial ou ainda discutir os efeitos dessa exploração naquela sociedade. Ao apresentar a realidade moçambicana de forma diferenciada, como já foi colocado, Momplé investiu na abordagem de temas, personagens, espaço e tempos que representam a sociedade fraturada dos pós-anos de guerras. Ela não opta por apresentar novas estruturas, novas palavras ou outros tipos humanos, no entanto, escolhe uma posição estratégica do narrador, pondo em destaque seu olhar crítico, irônico em boa parte das narrativas. E é justamente nessa escolha que podemos perceber o grau de comprometimento da autora que parece estar explicitado na escolha como apresentar o enredo sob o olhar de um narrador multifacetado: demonstrando ora vozes, pensamentos das personagens, ora convidando o leitor, a leitora a participar da trama; ou ainda se posicionando de cima, propondo reflexões, por vezes irônicas, sobre o controverso universo sociocultural moçambicano.

A leitura do *corpus* selecionado só será possível porque estamos levando em conta que Lília Momplé deve ser lida não só como aquela “reflete” os valores, as posturas de sua época, mas também os “desloca”, entendendo-os como algo a ser problematizado. Para tanto, é imprescindível explicitar como entendemos alguns conceitos-chave importantes em nossa discussão e abordagem. É necessário, além de mais nada, concentrar nossa atenção sobre as seguintes noções: representação, discurso e poder. Além disso, é necessário precisar o papel do autor na construção ficcional (e sua relação com a “realidade”) e a relevância de sua literatura.

Em primeiro momento, é importante destacar que a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. (SILVA, 2003,91).

E, como mulher de seu tempo, a escritora moçambicana imprime nessas obras

² Dessa forma, corroborando com Franz Fanon: “no colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar seus cérebros de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o.” (Grifo nosso, FANON, 1979,15).

elementos de diferentes discursos. No entanto, em nosso trabalho, os discursos que pontuaremos serão aqueles relacionados às diferentes configurações de violência, alicerçadas nas relações de poder. É importante esclarecermos que a concepção de poder que norteará a nossa discussão será a concebida por M. Foucault³. Ao questionar novamente as concepções tradicionais, esse autor percebe que o poder não somente é um mecanismo *coercitivo* e *negativo*, mas também algo *produtivo* e *positivo*. Com isso, ele não queria dar um caráter moralizador ao poder. Pelo contrário, para ele, o poder não apenas nega, impede, coíbe, restringe, esconde, recalca, limita, mas igualmente “faz”, produz, provoca, incita, encoraja e legitima. (Grifo nosso, FOUCAULT, 1979, p.16).⁴ Esse *insight* foucaultiano é importante para o nosso projeto de pesquisa histórico literária dos contos da autora Lília Momplé, porque as relações institucionais certamente são construídas não apenas por meio de mecanismos de repressão e censura, mas também através de práticas, relações e discursos que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, maneiras de falar e de agir, comportamentos, atitudes e posturas consideradas adequadas em determinado período, lugar e sociedade. (MACHADO, Op.cit.: 15-16). Instituições sociais aqui entendida de forma plural, relativa⁵

Aliado a essa perspectiva, é preciso expor ainda o que parece ser a melhor maneira de trabalharmos os textos literários nessa discussão. Sem dúvida, usaremos uma metodologia flexível que identifique os discursos pronunciados nesses textos, relacionando-os eventualmente aos contextos históricos dos quais e para os quais foram elaborados, sem deixar os processos textuais de lado. Na verdade, admitiremos as mediações entre o pensamento/ a linguagem/o mundo anunciados por Eni. P. Orlandi em seus trabalhos sobre a análise do discurso. Nessa perspectiva, a autora procura “compreender a língua fazendo

³ Segundo esse autor, o poder distribuído nas malhas da sociedade, especialmente em suas instituições, não deve ser concebido como uma propriedade, ou uma “apropriação”, mas si como uma *estratégia*, ou seja, seus efeitos de dominação devem ser pensados como um conjunto de *dispositivos*, *manobras*, *táticas*, *técnicas*, *funcionamentos* (Grifo nosso, FOUCAULT, 1987: 29). Assim sendo, poder seria uma espécie de rede de relações que não possui um centro nervoso de comando permanente, nem mesmo uma aplicação unívoca e simples nas relações não centralizadas das instituições, nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira dos grupos sociais, ou ainda na produção de saber.

⁴ Destacando as minúcias, os detalhes, as táticas ou as técnicas banais, Foucault nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, visando aumentar a utilidade econômica e diminuir a força política dos indivíduos. Cf. MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.)

⁵ Ou seja, elas seriam as ações, os valores e as formas de conhecimento que, embora normatizados, transformam-se de forma complexa ao longo da história. Nesse caso, as instituições como Estado colonial, Igreja, por exemplo, seriam constituídas e constituintes das relações sociais.



sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2000, 15).⁶ É nesse sentido que podemos entender o discurso como elemento importante para a reflexão da literatura como material para melhor compreendermos a história e vice-versa.

Finalmente, faz necessário esclarecermos qual será o nosso posicionamento a respeito do status que daremos à literatura. Na verdade, não tomaremos um conceito rígido de 'literatura', já que a nossa investigação se propõe uma postura plural. Para o nosso trabalho de pesquisa, optamos por relativizar também a concepção explicitada pela autora e entender a noção de que a literatura, enquanto um saber específico, não trabalha o texto literário como mero reflexo da realidade empírica, nem tão pouco como uma arte estética pensada e elaborada por um gênio criador atemporal. Nem “arte pela arte” produto de um demiurgo, nem um “duplo” mais ou menos desviado da sociedade, mas sim algo interpretado de forma histórico literária. Desta forma, “a ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador” (PESAVENTO, 1998: 21). Uma verossimilhança diferente da encontrada nas narrativas historiográficas, portanto.

Das diferentes formas de violência à resistência do subalternizado

Em “*Ninguém matou Suhura*”, primeiro livro da autora Lília Momplé publicado em 1988, escrito provavelmente nesta mesma década, apresenta cinco contos que possuem em comum o fato de apresentarem diferentes formas de sentir a violência colonial (um flash da vida cotidiana de quatro personagens negras e uma branca) e de as narrativas serem datadas, e apresentarem o local onde teriam ocorrido os fatos que serão narrados (ou vividos novamente, ou seja, trazidos para o presente e vividos pelas personagens). Temos aqui narrativas que encenam diferentes momentos que antecedem a independência de Moçambique: de 1935 a 1974, ainda com a ocupação dos colonizadores portugueses.

Narrada em 3ª pessoa, “*Aconteceu em Saua-Saua*”, conta os acontecimentos vividos

⁶ Aliás, o discurso como tipo específico de prática ou acontecimento cultural, interpela imaginários, posicionamentos, interesses ou expectativas de um indivíduo, grupo ou instituição (FOUCAULT, 1996). É preciso percebê-lo, portanto, como parte dos processos ou circunstâncias socioculturais e políticas, nem acima nem abaixo de outros aspectos históricos.

em 1935 por Mussa Racua, um macua de “olhos, demasiado serenos, demasiado fixos, denotam a conformada lassidão do jogador que tudo perdeu.”(p.9) que perambula pela madrugada em busca de arroz para entregar a Administração colonial caso contrário, terá que trabalhar na plantação. O seu último recurso é implorar a ajuda do amigo Abudo. Mas como é ano foi difícil para todos da região por fala de chuva, a ajuda não vem.

Sem saída, Abudo sente-se sem forças e só aguarda a hora de ir para a plantação de sisal. E sua resignação deixa Racua irritado. Mesmo sentindo impotente, no caminho de volta à palhota, Racua parece querer reagir, mesmo que apenas em pensamento “O cérebro fervilha-lhe de ideias e projectos que se atropelam, sem nunca se definirem.”

Sem esperança de mudar a sua situação agravada agora com iminência da perda de sua jovem e bela esposa Maiassa e impotente diante do que está por vir, Mussa se vê como “uma espécie de animal que trabalha, desde o romper do dia até o pôr do Sol, na plantação de um senhor qualquer.”(p.15).

Só quem ganha com o trabalho no sisal é o novo dono da terra, o administrador. Lá a vida era dura e os espólios da violência estavam por toda parte: alguns morriam, “outros ainda voltavam cegos. Basta um gesto menos atento ao cortar o sisal e pronto, um espinho enfia-se pelo olho de um homem. E todos regressam doentes e estropiados, moídos de pancada e de trabalho sem recompensa.” (p.17)

Sua indignação chega a um ponto em que já não é possível parar de pensar na vida que terá se for para a plantação: fome, sofrimento, ser tratado como animal (coisificação), sem família. E Mussa, depois de muito pensar, sabe o que fazer. Desesperado e decidido a tomar uma atitude simples e definitiva, decide reagir, desfazer o nó da garganta e acabar com todo o sofrimento. Seu corpo é encontrado suspenso numa mangueira. Sua morte deixa apenas uma pessoa sem consolo, sua esposa grávida!

O administrador, sem o menor paciência ou interesse no ocorrido com o Mussa Racua, só exige uma coisa para o seu tradutor, o mulato Língua: que o cipaio traga-lhe os seus seis sacos de arroz, pois o que foi colhido é da Administração. O conto é finalizado com a fala do administrador comentando e avaliando a atitude desesperada de Macua: “-Estes cães assim que lhes cheira a trabalho, arranjam sempre chatices. Ou fogem ou suicidam-se. Maldita raça!! “(p.21)

Violências de todo tipo são encenadas na narrativa: na escolha do nome função social atribuído ao negro tradutor; a total ausência de recursos dos homens da terra que são obrigados a trabalhar, se escravizar para sobreviver (o trabalho improdutivo desse homem que por mais que trabalhe não conseguirá o mínimo para o seu sustento, ainda mais o extra para pagar a parte do Administrador); a falta de humanidade atribuída ao colonizado - o outro encarado como um ser sem humanidade (por isso, a não compaixão do senhor Administrador); a atitude desesperada da personagem que, não vislumbrando outro caminho e diante da impossibilidade de fugir de uma violência maior do que a já vivida por ele e sua família, resolve romper as amarras e comete o suicídio.

Aqui Momplé parece mostrar que havia momentos na sobrevida dessas pessoas em que a resistência era a única forma de voltar a ter o controle sobre o seu próprio corpo, violando-se escolhia, resistia. Diferente da violência que era a imposição do Administrador que só se interessava pela força de trabalho desse homem e pelo lucro.

Em “*O baile de Celina*”, a história se passa em abril de 1950, em Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique. A narrativa inicia-se numa sala de jantar que também é ao mesmo tempo espaço de costura. O vestido de festa estava pronto. O narrador nos apresenta, sem muitos detalhes, as duas senhoras que estão junto de D. Violante, mãe de Celina (nossa protagonista): a Leonor e D. Celeste, ambas mulatas.

O narrador recua um pouco no tempo, como num filme no modo flash back, e conta ao leitor, á leitora um pouco sobre as origens da família de Celina, começando por apresentar o português Catarino da Silva, “figura caricata, os modos saloios e a instrução rudimentar”(p.44) que fez a sua riqueza na Ilha de Moçambique: Viveu por um tempo com negra Alima e “prosperou a olhos vistos, à custa de falcatruas e da exploração desenfreada da mão de obra negra, arrebanhada à força pelas autoridades coloniais.” (p.42). No entanto, era necessário um casamento vantajoso com uma branca para fazer aparência na sociedade colonial. A escolhida foi Maria Claudina que também tinha nitidamente o seu objetivo traçado ao casar-se com Catarino: homem plebeu e muito rico.

Benjamim Castelo, sócio de Catarino, era o pai da pequena Violante, filha da Muaziza. Homem ironicamente sentimental e influenciável, recebeu conselhos de seu sócio para deixar a mulher negra e seguir o mesmo destino: casar-se com uma mulher branca e ter filhos

legítimos perante a sociedade. Concordou que deveria fazer essa troca, no entanto não sabia como fazer. Passou então a deixar simplesmente de tratar a mulher e a filha como parte da família.

Muaziza percebeu a indiferença e já sabia o que fazer: “Um dia, ao chegar a casa para almoçar, não encontrou Muaziza nem a filha. Sobre a mesa posta estava o seu almoço ainda quente, em travessas bem tapadas”.(p.45). Elas foram embora. Facilitando a vida de Castelo, que se sentiu liberto das amarras, “era uma chatice”, disse ele. (p.46) Castelo casa-se com a jovem Maria Adelaide, “única filha do patrão-mor da Capitania do Porto”.(p.46). Vivem bem por dois anos. Mas Benjamim fica doente e morre em Portugal. Antes de morrer revela a esposa que tem uma filha, a pequena Violante. A viúva não volta a Moçambique, e deixa Catarino a incumbência de fazer as partilhas e encontrar a filha bastarda do falecido marido.

Só que Catarino diz não haver numa filha e trata logo de resolver o problema dos bens. Ele suborna “os funcionários da justiça, conseguiu espoliar a viúva em tudo quanto pôde, e do modo mais grosseiro. Quanto à pequena Violante, foi peremptório ao responder que tal filha não existia, atribuindo as declarações do sócio a alucinações próprias de um moribundo.” (p.48) Adelaide não acreditou na versão da história de Catarino e levou o caso ao tribunal. Lá a mãe de Violante nega veementemente que sua filha é do falecido. O motivo para tal atitude fica claro: Muaziza foi enganada e manipulada por Catarino. Ela achava que a sua Violante seria tirada dela pela viúva.

Ainda muito jovem, Celina experimentou a “insegurança, os medos, as violentas contradições inerentes à sua condição de mulata colonizada.”(p.49), desprezo, segregação racial em Moçambique. Sua mãe acreditava que a única maneira de garantir uma aceitação mínima por parte dos colonos era dar instrução à filha. E foi isso que ela fez: abriu mão de muita coisa para matriculá-la na única escola da ilha, a escola Luís de Camões.

Acreditando nessa ideia de que só a instrução pode apagar a cor da pele e que quanto mais se estudar, mais depressa virará gente, D. Violante até proibia a filha de falar macua, língua da gente da terra, para que a filha não fosse reprovada ao falar um “português para preto”. Ficamos conhecendo um pouco da história dos pais de D. Violante e como sua filha chegou ao Liceu. As três senhoras continuam conversando e numa desses comentários sobre a vida do governador, apresentar uma colocação bem interessante sobre a posição inferioridade

que os negros ocupam naquela sociedade colonial. Até os negros acreditam nisso. É a violência simbólica que entranha na sociedade uma ideia de que os negros são realmente uma “raça inferior” e que por isso estão nessa situação de subordinação. O tema da conversa são as escapadas do governador, como poderia ser as de qualquer homem. Ele faz isso com mulatas e negras. Algo que deixa D. Violante indignada, pois pelo menos teria que ser com alguma mulher da sua raça. As duas outras senhoras concordam já que “também elas estão convictas da inferioridade da sua própria raça.”(p.52)

Agora com vinte anos, Celina “não é bonita, devido à expressão estranha dos olhos, simultaneamente desconfiados, duros e suplicantes. Olhos que refletem o desassossego da alma e, por isso mesmo, desagradáveis de contemplar.”(p.53). A sensação é de que ela parece estar só aguardando algo de ruim que está para por vir. Ela e o Jorge Vieira, um indiano aluno do Liceu, foram chamados pelo reitor para uma conversa. Algo grave está para acontecer. O reitor avisa que eles não poderão estar no baile dos finalistas, pois serão os únicos de cor e o “senhor governador-geral e pessoas que não estão habituadas a conviver com gente de cor.” (p.54). Celina precisava voltar para casa, mas ela “move-se numa semi-inconsciência de pesadelo.” (p.55) Vaga pelas ruas. E, quando volta para casa, senta-se na cama e “corta, à tesourada, o seu lindo vestido branco.” (p.55) Sua mãe não entende o que está acontecendo. Grita pedindo para parar, mas acha que a filha teve um momento de raiva repentina.

No entanto, apesar da violência inerente a cena, Celina não responde à mãe, “nem sequer levanta os olhos. Calmamente, determinadamente, continua a cortar o vestido em pequeninhos pedaços que se espalham pelo chão como frágeis e vaporosas nuvens desfeitas pelo vento.” (p.55) E, mais uma vez, a personagem encenada reage à situação que lhe imposta. Celina, como negra assimilada, tinha inicialmente o desejo de “quebrar”, através da instrução, as impostas pelo sistema colonial. Vítima da instituição colonial, a personagem só encontra uma forma de responder a essa violência e simbolicamente, viola o que representaria a mudança na sua condição de subalterna: rasga o vestido de formatura. Sem chance de voltar atrás, ela parece tomar consciência da sua real situação a partir daquele momento.

O quarto conto, intitulado “**Ninguém matou Suhura**”, tem como cenário a Ilha de Moçambique e se passa em 1970, num dia de Novembro. Suhura é uma jovem de quinze anos, muito pobre, analfabeta e órfã de pai e mãe e protagoniza uma das mais tristes histórias

e trágicas do livro. Temos aqui um narrador em terceira pessoa que nos apresenta os fatos ocorridos em três cenas diferentes: O Dia do Senhor Administrador, o Dia de Suhura e O Fim do Dia. As duas primeiras apresentam algumas características das personagens e como foi o dia de cada uma. Interessante notar também, nesse texto, o tédio presente na vida das personagens, tanto do branco colonizador quanto do negro colonizado, destituído de poder sobre a sua vida e seu corpo.

O assassinado é anunciado logo no título do conto e cabe ao leitor, à leitora descobrir como isso se dará. Em “O Dia do Administrador” encontramos um homem branco de 48 anos, com uma “gordura incipiente” se olhando no espelho e gostando do que vê. Isso porque possui um “...bronzado saudável da pele e nas sobrancelhas, de um arqueado perfeito, emoldurando os olhos escuros e vivos.” e, além disso, faz parte da elite na colônia: é ao mesmo tempo Administrador de Distrito e Presidente da Câmara. (MOMPLÉ, 1988,. 59).

Por alguns momentos, ao olhar a sua mulher, toma conta do íntimo do Administrador um duplo sentimento: ternura e repugnância. Ternura porque ela fez parte da escalada da fortuna quando eles vieram de Portugal para essa nova terra:

Juntos humilharam os negros e incutiam-lhes o desprezo por si próprios. Juntos exploravam os camponeses pobres e bajulavam os donos das plantações. Juntos tinham breves rebates de consciência que acalmavam prontamente com obras de caridade. (MOMPLÉ, 1988,60)

E repugnância porque agora a cumplicidade conjugal na cama se dava apenas com sacrifício (algo que justificará a procura do marido por outras mulheres). D. Maria Inácia já não era a mesma, o tempo a maltratou de forma impiedosa. Agora ela quase não sai de casa e só fica deitada na cama. Seu corpo não mais atrai o marido. Isso porque

...seu colo e os braços muito brancos e flácidos sobressaem desagradavelmente da camisa de dormir de seda verde. Igualmente flácidas e brancas espreitam as pernas de tornozelos inchados e sulcadas de varizes. E a cor lívida do rosto absorve-lhe o contorno das feições que os olhos desbotados e cansados não conseguem animar.((MOMPLÉ, 1988,61)

Há momentos de nítida insatisfação do Administrador quando ele faz um comentário introspectivo ao se referir ao velho negro Assane: “Antes de esses malditos terroristas começarem a fazer das suas, era mesmo eu que me despedia de um negro. Mas agora temos

que andar mansinhos com esta gente. Depois de tudo que fizemos por eles. Corja de ingratos!”(p.62). Interessante registrar que também temos um narrador pós-moderno que é cúmplice das personagens hostilizadas, o desabafo do Administrador só poderia vir mesmo em pensamentos. Essa preocupação aparece novamente ao longo do dia. O medo de que a guerra saia das matas do norte e avance e que Moçambique deixe de ser Portugal volta a assombrar seus pensamentos.

Levado por um riquexó com tração humana, o administrador observa, ao longo do caminho para a Câmara Municipal, as “casas antigas e repletas de história, construídas com o sangue e o suor de tantos moçambicanos que jamais as puderam habitar” (p.63) Mas o que chama mesmo a atenção dele é a maneira como as pessoas parecem sentir diante dele: uma mescla de respeito, deferência e, acima de tudo, terror.

Mesmo com todo esse poder, o Administrador sente tédio ao pensar no fato de “que a guerra que se trava lá nas matas seja uma guerra perdida.” e tudo que foi conquistado seja perdido. No entanto, esse momento passa rápido e dá lugar a outro assunto: hoje é o dia em que ele ficará com uma rapariga virgem, uma marrusse. Tudo foi arranjado pelo laçao Abdulrazaque (o Razak), uma espécie de soldado indiano. Também menosprezado pelo Administrador. “Grande macaco!” pensa o Administrador no momento em que o sipaio se despede logo após receber a quantia pelo serviço prestado. Sua infidelidade não parece preocupá-lo porque “Sente-se ainda jovem e com direito a procurar fora do lar a satisfação de necessidades que considera legítimas. Além disso, está plenamente convencido que a fidelidade conjugal é um dever exclusivo das mulheres, muito particularmente, da sua mulher. “(p.65). Mesmo sendo pequena, com seu corpo magro, ainda infantil e com suas vestimentas em farrapos, Suhura desperta o “desejo impiedoso” do Administrador de possuí-la:

é apenas mais uma bela negrinha que lhe passa pelas mãos, sem dúvida muito menos importante para ele que qualquer dos seus animais de estimação. Mas, mesmo assim, é-lhe extremamente agradável saber que à tarde a terá à sua disposição, no discreto quatinho da D. Júlia Sá. (p.66)

Aparece ainda em cena uma figura considerada “estranha e difícil”, a filha mais velha Manuela. Considerada “um espinho atravessado no amor próprio do senhor Administrador”, ela apresenta atitudes, “manias” que desagradavam a família: “chorar sempre convulsivamente sempre que...ouvia os negros a apanhar palmatoadas no Posto

Administrativo”, e levar ao colo crianças negras, e comer chima com a criadagem da cozinha, e a afeição desmedida pela velha negra Rabia, sua aia. E ainda quando, segundo as palavras da mãe, ela envergonhou toda a família. Esse episódio ocorreu no dia em que toda a família e a elite da terra festejavam o fato de ela estudar no melhor Colégio da colônia, o D. António Barroso. Ela manifesta sua opinião a respeito de escândalo narrado por um grupo de senhoras: o fato de uma mulher ter dado a luz a uma criança negra. Considera que ela se era “capaz de casar com um preto se gostasse dele e se ele gostasse de mim.” (p.70). A reação foi imediata: recebeu uma “sonora bofetada” e foi levada a surra diante dos convidados. Desde então Manuela passou a ser monitorada de perto para que não cometa algum desatino. Mesmo depois de crescida continua a ser um “elemento estranho” naquela casa, pensava diferente! Tratava os negros de forma diferente na escola em que trabalhava e por isso chamou a atenção do delegado da Mocidade Portuguesa, também diretor da Escola Técnica. Até o diretor reclama com o Administrador da atitude de Manuela.

Sabendo de que nada poderá ser feita para mudar as atitudes de sua filha mais velha, o Senhor Administrador se prepara para possuir Suhura.

Na cena seguinte nos é apresentado o último dia de vida da personagem que será vítima do Administrador, a Suhura. Ainda muito jovem, ela perdera seus pais e morava agora com a avó. Morava num “compartimento minúsculo, de paredes de mataca carcomida e tecto sem forro, onde se atravancam a quintada de Suhura, uma velha mala de latão assente sobre quatro pedregulhos, e a quitanda da avó.”(p.75). Ela carrega água da fonte a sua casa e vai pegar mariscos para o almoço. Mas algo a incomoda: “Não consegue afastar do pensamento a imagem da avó fitando-a em silêncio e carregando penosamente o quitundo dos mucates.”(p.77). Mesmo preocupada, Suhura não deixa de contemplar a natureza que a cerca.

Depois do almoço, sua avó resolve contar o que está acontecendo. O recado da velha Agira para ir a sua casa. O que o sipaio Abdulrazaque queria com ela. A escolha de Suhura para ser um objeto de prazer do Administrador. Diante de tal proposta,

A avó reuniu todas as forças e, trêmula de medo, foi dizendo que muito agradecia ao senhor administrador ter gostado de neta. Era realmente uma grande sorte para uma negra, mas a rapariga era virgem e mal acabava de ser mulher. Que se via mesmo pelo seu corpo franzino que nunca poderia satisfazer um homem tão importante como o senhor administrador. Por isso não podia entregá-la assim... (MOMPLÉ, 1988,82)

No entanto, o sipaio não admitia tal atitude e exigiu a presença da menina. Nada poderia ser feito, Suhura teria que ir com o cipaio. Mais tarde, ela é levada pelo cipaio, “...docilmente, através dos becos da Ponta da Ilha e pelas ruas desconhecidas da cidade de cimento” e “caminha sem ver, indiferente a tudo que não seja o medo incontrolável do que a espera.”(p.83) O desespero toma conta da pequena criatura, que agora espera pelo homem desconhecido que entrará pela porta e tornará a sua vida infeliz em algo insuportável.

Na última cena da tragédia anunciada, “O Fim do Dia”, temos o encontro do arrogante Administrador e a pequena Suhura. O silêncio do quarto quebra-se com a presença daquele homem. A hora do encontro chegou. Nada poderia preparar a pequena Suhura para o que aconteceria. Ela, por instinto talvez, luta para não ser possuída por esse estranho homem. O Administrador é mais forte e não deixa a pequena Suhura se soltar. Ela “estrebucha e morde como um animal encurralado”, resiste a todo custo. Mas só consegue deixar o homem raivoso e confuso com que quer fazer com ela: matá-la ou possuí-la? “Por fim, usa de toda a sua força, indiferente às consequências. Um grito rouco e breve é resposta de Suhura. Depois o silêncio e a imobilidade total.” (p.86)

Depois de consumir o estupro e diante da imobilidade de Suhura, ele indaga sobre as razões pelas quais a negrinha teria morrido: “teria violentado a rapariga de tal modo que provocasse uma hemorragia fatal? Ou, no meio da sua estúpida agitação, teria ela própria batido com a nuca na cabeceira da cama? Ou morreria de puro susto?” Todas essas terríveis possibilidades não parecem comover ou assustar o administrador.

“O estupro da negra morreu!” diz o senhor administrador à D. Júlia. A violência foi sufocada. Ninguém ficará sabendo da atrocidade que ocorreu naquele quarto. Isso porque o temido sipaio Abdulrazaque levou o corpo da pequena Suhura para a casa de sua avó e os vestígios do assassinato serão apagados. A avó, quando se depara com o sipaio e a Suhura em seus braços, grita desesperadamente “Mataram minha neta!”. No entanto, “imperturbável, o sipaio entra na palhota com Suhura nos braços e segue atrás da velha que , continuando a soluçar e a gritar à sua frente, o guia maquinalmente para o quarto.” E depois deixar o corpo inerte da menina numa das quitandas, diz pausada e friamente para a avó: “Não grita, velha. Ninguém matou Suhura. Ninguém matou Suhura. Compreende?!!

E resignada, “A avó compreende muito bem” o que ocorreu. O mal foi feito e nada se fará contra isso. Nesse conto trágico, as diferentes violências pelas quais o pequeno corpo de Suhuru passou só poderia voltar a pertencer a ela depois da morte. Isso porque o corpo pode ser violado, entretanto a sua alma, não. Novamente, a encenação da dor, do sofrimento insuportável do corpo de uma menina e negra só poderia acabar em morte.

Os olhos da cobra verde, publicado em 1997 pela AEMO, foi o terceiro livro da autora Lília Momplé. Nele encontramos seis narrativas em que tempo, espaço e personagens e dramas vividos durante as guerras diárias serão o nosso fio condutor. Mais uma vez, a escritora anuncia ao leitor, à leitora que “Feliz do povo que sabe transformar o sofrimento e o desespero em arte e amor”. Um convite animador...Seguimos, então, o narrador nessa procura, analisando uma das narrativas dessa coletânea.

Como anuncia a epígrafe, em “*O sonho de Alima*”, temos mais uma vez uma personagem que se recusa a viver com limitações que lhe são impostas. Aqui a dupla colonização da mulher negra é apresentada. Iniciando a narrativa com a voz da mãe reclamando da obstinação da filha em não querer nascer, Momplé nos apresenta Alima Momade que, no presente da narrativa, está com quarenta anos e aguarda a presença de Administrador do distrito para realizar um sonho: estudar e se formar (na 4^a classe pois era não poderia avançar mais nos estudos – mulher e negra).

Novamente, a figura do Administrador, “homem corpulento que, apesar de ter chegado com duas horas de atraso, não se incomoda a apresentar justificações nem desculpas” (p. 44), mostrando a insignificância do povo diante de sua figura (o descaso era tão grande que considerava-os como “obscuros adultos alfabetizados” p.40.) E como tal não são respeitados. O interesse dele naquele dia, tão importante para os alfabetizados, era vistoriar, “visitar as obras do seu palacete em construção”. E pouco ou nada importava que para realizar o seu desejo teria de tirar as terras dos camponeses que cultivava o chão há gerações. Esse tipo de atitude trazia “à memória dos mais idosos penosas recordações do tempo colonial”.

O pai de Alima era trabalhador de uma fábrica de processamento de castanha de caju. Quando jovem, o fato de ser negro impedi-o estudar. Sua mãe também era analfabeta. Mas Alima sofria com a condição de excluída. Cresceu aprendendo as práticas de suas gentes, ritos de iniciação por que as jovens precisam passar para poder conseguir atrair homens para casa.

No entanto, ela não os praticava sem questioná-los: “Revoltava-se apenas com as práticas de alongamento do clitóris que, para além de dolorosas, colidiam com o seu espírito de justiça.” (p.41) E ainda contraria os costumes ancestrais e escolhe ela mesma o seu marido.

Com a Independência de 1975, Alima vê a possibilidade de deixar de ser analfabeta. No entanto, o marido lhe impõe uma escolha: ou os estudos ou eu. E Alima escolhe os estudos e decidiu ficar com ela mesma. Foi para a casa dos pais e “se sentia muito humilhada com a atitude intransigente do marido”. Alima e seu marido voltam a ficar juntos depois que ele deixou a esposa estudar. Os estudos foram interrompidos na 2ª classe pela guerra com a Renamo. E só tempos depois volta Alima a frequentar a escola e continuar os estudos. Na cerimônia, Alima vê o seu sonho se realizar e só lamento por não ter os pais e a tia Khulo para participarem desse momento tão esperado. Mas a presença da tia se faz presente na ausência quando Alima escuta, de Khulo, que “Alima sabe o que quer desde o próprio dia em que nasceu.” Mesmo com as perdas, Alima celebra a sua conquista: uma das heranças do colonizador, a língua portuguesa, foi transformada em “arma” de resistência, agora Alima não era excluída. (RUI, 1985). Um ser entre-lugar, que tentar ganhar espaço em um sistema excludente: sua visibilidade, demonstra que o silêncio foi quebrado e que há um longo caminho a percorrer.

Considerações finais

Ao percorrer algumas das narrativas ficcionais de Lília Momplé percebemos que seus constituem um conjunto de referências, elementos, pistas que nos ajudam a compreender algumas das singularidades da complexa relação entre o legado deixado pelo colonizador (sua cultura, forma de ver, sentir o mundo, a língua, religião) e todo um universo social dos homens da terra.

Ao encenar as diferentes formas de violências presentes no passado recente, Momplé apresenta-nos a literatura como espaço social em que se manifesta querelas, ideologias, inquietações, materializam experiências, reconstroem realidades, constroem significados diversos (neste caso, a falta de elementos na estrutura narrativa, personagens ou a apresentação minuciosa de um espaço, ou ainda o não estabelecimento do final da trama, também significam.)



As diferenças entre os povos envolvidos nessa sociedade colonial, global e dicotômica, em muitos domínios, eram ignoradas e suas particularidades negligenciadas, gerando diferentes formas de violar o corpo, a mente, a alma do negro colonizado. Violências essas alicerçadas pelas relações de subalternização estabelecidas entre o colonizador e colonizado. Quando volta aos períodos de guerras de Independência e Civil, Momplé traz, portanto, a dimensão do passado não para nos oferecer é a verdade histórica colocada na narrativa ficcional. Na verdade, o que interessa aqui é justamente como essa nova forma de apresentar a realidade de Moçambique, em momentos específicos de sua história, pode ser lido, relidos e ressignificado. Mostrando que novas formas de representar a história vão imprimir outras formas de ler a realidade, portanto.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MACHADO, R. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.)

MOMPLÉ, Lília. *Ninguém matou Suhura*. Associação dos escritores moçambicanos, 1988. (Coleção Karingana)

MOMPLÉ, Lília. *Os olhos da cobra verde*. Associação dos escritores moçambicanos, 1997. (Coleção Karingana nº18)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001 (Coleção passando a limpo).

RUI, Manuel. *Eu e o outro – o invasor* (ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto). Encontro Perfil da Literatura Negra, 1985, São Paulo. In: *Conferências*. São Paulo, 1985.